

## Planalto estuda projeto para “corrigir” Orçamento

Ideia é reaver gastos obrigatórios cortados e cancelar parte das emendas parlamentares

Por Ribamar Oliveira — De Brasília  
29/03/2021 05h00 Atualizado há 3 horas



Márcio Bittar teria furado acordo com governo, diz membro da equipe econômica — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

O presidente Jair Bolsonaro deve encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei de crédito suplementar para recompor as dotações de despesas obrigatórias que foram cortadas pelo relator-geral da proposta orçamentária, senador Márcio Bittar (MDB-AC), informaram fontes ouvidas pelo **Valor**. Isto deve acontecer logo depois da sanção do Orçamento deste ano. No mesmo projeto, o presidente vai propor o cancelamento de algumas despesas, principalmente aquelas que foram acrescentadas por emendas de Bittar.

O fim de semana foi de críticas ao Orçamento aprovado da parte de parlamentares e técnicos. Na sexta-feira, um grupo de parlamentares de dez partidos enviou carta ao presidente Jair Bolsonaro cobrando explicações sobre o cumprimento do teto de gastos.

Uma alternativa avaliada pelo Ministério da Economia foi sugerir ao presidente que vetasse as emendas feitas pelo relator-geral e, em seguida, encaminhasse o projeto de lei de crédito suplementar, recompondo no espaço aberto pelo veto as despesas obrigatórias. Duas objeções a essas alternativas terminaram por rejeitá-las.

A primeira foi que Bittar acrescentou recursos a programações já existentes. O presidente teria que vetar integralmente a programação alterada, pois não é possível fazê-lo apenas parcialmente. Assim, o veto criaria novos problemas, reduzindo dotações das áreas. A segunda objeção é que um veto a emendas do relator-geral poderá representar um grande desgaste ao presidente da República, dificultando ainda mais o andamento das propostas do governo no Congresso.

A conclusão da área técnica do governo é que o Orçamento aprovado pelo Congresso na semana passada ficou inexecutável, dado o nível muito baixo das despesas obrigatórias deixado pelo relator-geral. Na segunda-feira da semana passada, o Ministério da Economia informou que a proposta que estava sendo votada tinha despesas obrigatórias subestimadas em R\$ 17,57 bilhões. Bittar cortou mais R\$ 26,46 bilhões para colocar suas emendas.

Segundo avaliação da área técnica do Ministério da Economia, seria necessário fazer um contingenciamento das dotações orçamentárias de cerca de R\$ 43 bilhões, reduzindo as despesas discricionárias (investimento e custeio da máquina) para algo próximo a R\$ 49,5 bilhões. Os técnicos dizem que, com esse nível de investimento e de custeio, a máquina pública estaria em “shutdown”, ou seja, vários serviços públicos prestados à população seriam paralisados.

Algum contingenciamento terá que ser realizado, segundo as mesmas fontes, logo após a sanção da lei. Ainda não é possível saber o tamanho do corte. Mas, o que as fontes explicaram é que, no atual Orçamento, o problema não será resolvido apenas com o contingenciamento. Será necessário também, observaram, fazer cancelamento de dotações para abrir espaço no teto de gastos para a recomposição das despesas obrigatórias que o relator-geral cortou, além de ter subestimado em seu parecer.

O governo vai enfrentar um problema político sério porque, no projeto de lei de

crédito adicional, terá que dizer quais as despesas que serão canceladas. Como serão, basicamente, as emendas parlamentares e, particularmente, as do relator-geral, enfrentará grande resistência.

Nos bastidores do Ministério da Economia há um sentimento de perplexidade em relação ao que o senador Bittar fez. Segundo as fontes consultadas, havia um acordo dele com o governo para que as emendas parlamentares fossem aumentadas. “Mas ele extrapolou em muito”, disse um técnico do governo. “Ele descumpriu o acordo”.

Nas negociações com o relator-geral, o governo disse realmente que preparava uma medida provisória antifraude nos benefícios previdenciários e desejava que o pagamento do auxílio-doença passasse a ser feito pelas empresas, em vez do INSS. “Mas o ganho que o governo vai ter com essas medidas não é tudo aquilo que ele colocou no Orçamento”, explicou um técnico. A proposta orçamentária elaborada em agosto do ano passado previa R\$ 16,3 bilhões para as emendas parlamentares. No Orçamento aprovado na semana passada, elas foram aumentadas para R\$ 51,6 bilhões, sendo R\$ 29 bilhões do relator-geral.